

A RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DE FORTALEZA (1912-1933).

Nágila Maia de M. Galvão¹

RESUMO: A presente pesquisa analisa o processo de conhecer-se dos trabalhadores do Porto de Fortaleza – Ce. (1912-1934), a partir do estudo sobre as ações desenvolvidas pela *Sociedade Beneficente Deus e Mar* (que chegou a ser Deus e União) e o *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará*, que ocorriam entre as fronteiras do mutualismo e do sindicalismo. Essas instituições que representavam a maioria dos portuários da capital cearense, principalmente o STPC, optaram pela tríade: beneficência + resistência + controle do mercado de trabalho. Dessa maneira, o conceito de Resistência Solidária fundamenta-se na garantia de necessidades imediatas, como auxílio doença, auxílio funerário, pagamentos de Pecúlios, assistência médica, oferta de escolas para os trabalhadores, que serviam para identificar as necessidades comuns e unir os portuários dentro da percepção de que quem seriam “Eles”, diante dos “Outros”. Para tanto, utilizo como fontes jornais e Relatórios e Atas de Assembleias do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará. Os autores Richard Hoggart, James Scott, William J. Melo e E. P. Thompson, auxiliam nas discussões teóricas.

Palavras-chave: Portuários. Mutualismo. Sindicalismo.

No início do século XX, os portos da cidade de Santos e do Rio de Janeiro se destacavam em volume do transporte de mercadoria, por onde escoava grande parcela da produção do país, possuíam importância econômica não somente para a região Sudeste, como nacional. Esses espaços também foram responsáveis por facilitar as trocas culturais, através do contato entre indivíduos de vários estados brasileiros, e nacionalidade, entrada e saída de livros, jornais, e notícias.

O movimento dos portuários possuía destaque nas grandes cidades do país, exercendo importante participação nas manifestações e reivindicações dos trabalhadores. No caso do Porto do Rio de Janeiro, a busca pelo controle da contratação da mão de obra portuária ocorreu durante a primeira república, envolvidos pelo sentimento de resistência à dominação capitalista no processo de produção. Em Santos, os estivadores iniciaram as lutas reivindicativas pelo controle do mercado de trabalho, em 1910, e conquistaram parcialmente na década subsequente, passando a ter o controle absoluto do contrato da mão de obra nos anos de 1930 (CRUZ, 1998).

A cidade de Fortaleza, ganhou destaque a partir do século XIX, quando passou a ser capital do Ceará, e importante centro urbano e comercial, antes dominado por Aquiraz e

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professora da SEDUC/Ce. nagilamaia@hotmail.com

Aracati. Nesse período, sua economia era voltada para a cultura do algodão, a qual contribuiu de modo relevante para o crescimento econômico do Estado e do município. A partir da produção algodoeira e o fortalecimento da economia local, surgiram as primeiras fábricas (ABREU, 2012: 41).

Em meio a cidade que crescia, foi fundada a *Sociedade Deus e Mar*, em 1912, na cidade de Fortaleza, composta, principalmente, por trabalhadores marítimos, assumiu papel relevante nas lutas dos portuários por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, vou me ater à análise dos documentos sobre os portuários, para compreender as relações estabelecidas entre os portuários, políticos (membros da elite econômica e política) e os contratadores de serviço do porto.

O fato de a sociedade mutual ter como força para o seu nascimento as necessidades materiais, esse elemento não explica o quão foi complexo esse processo, sendo necessário analisar as vivências desses trabalhadores e suas experiências cotidianas para entender as forças que os movimentaram à organização e manutenção desse tipo de associação, juntamente com as práticas de relacionamentos, e alianças desenvolvidas entre os portuários, os patrões e elementos ligados ao cenário político da cidade.

No caso da *Deus e Mar*, no Estatuto estava determinado no art. 4º que embora não pertencesse a nenhum partido político, nem filiado a qualquer seita religiosa, reconheceu a necessidade de adotar uma política de classe, com o objetivo de defender os interesses dos associados e garantir a liberdade de expressões religiosas.² Nesse artigo abre-se a possibilidade de promover alianças e conchavos políticos e religiosos, ao admitir a necessidade de inserir a associação dentro dessas discussões e apesar de não se declarar pertencendo a qualquer tipo de partido ou religião.

As mutuais foram fundadas com o objetivo de garantir a seguridade física e familiar dos associados, também serviu para fortalecer os vínculos e a convivência democrática, em que solidariedade, companheirismo e fraternidade, tendo como referência, muitas vezes, os laços estabelecidos no trabalho. Os serviços oferecidos por essas sociedades buscavam amenizar as condições de pobreza, a falta de assistência do Estado e a ausência de direitos em que viviam os trabalhadores.

Tânia de Luca afirma que as associações mutuais possuíam o cunho previdenciário, tendo grande preocupação com a saúde dos associados. Destarte, essas associações devem ser vistas como sendo uma forma de resistência dos operários, no entanto, uma resistência que

² DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da ‘Deus e Mar’**. Número e página (rasurados) 15/10/1927. pp. 3-6.

não entrou no embate direto contra os patrões ou contra as relações de exploração do trabalho, mas sim como ferramenta de luta contra a miséria vigente (LUCA, 1990).

A *Sociedade Deus e Mar* possibilitou, como estratégia de luta, manter os trabalhadores em uma relação de proximidade com os patrões e políticos, tendo em vista melhor negociação de pequenos benefícios e favores imediatos. Já para os patrões e os políticos, a inserção na Associação era uma maneira de amenizar as insatisfações mais emergenciais dos trabalhadores e moldá-los para evitar condutas de desordens que fugissem do controle e da ordem vigente estabelecida.

Assim como a *Associação Deus e Mar*, o STPC buscaram controlar a vida dos trabalhadores do porto de Fortaleza, e também, o sistema de contratação da mão de obra e prestação de serviços às empresas de navegação. Para isso prezavam pela força do trabalho disciplinado de modo a atender a demanda no sistema de carga e descarga de mercadorias e passageiros no porto.

Considerando-se que os sindicatos no Brasil, de um modo geral, foram mais combativos em relação às lutas por melhores condições aos trabalhadores entre os anos de 1919-1922, durante os anos que se seguiram, o anarcossindicalismo foi progressivamente perdendo suas forças. A categoria dos trabalhadores portuários era uma das mais numerosas que buscaram o apoio da LCT, contando por volta de 1000 associados somados da *Deus e União*, do STPC, sem contar com sócios do *Sindicato dos Trabalhadores das obras do Porto*, que também possuía um número significativo de associados (SAMIS, 2013:36-37).

Na contramão do anarquismo, o STPC foi se tornando mais combativo e atuante ao longo dos anos de 1920, vindo posteriormente a alinhar-se ao discurso da Igreja Católica e da LCT. Com a fundação a *Legião Cearense do Trabalho (1931)* que cooptou vários sindicatos e associações, inclusive o STPC que em grande medida já colocava em prática muitos valores defendido pelos legionários, como a disciplina, a moralidade e o valor do trabalho para dignificar o homem, o movimento reivindicatório dos portuários conseguiu estreitar o diálogo com os contratadores e as empresas de navegação.

A Igreja Católica, se inseriu de maneira mais explícita no movimento dos portuários, defendendo a disciplina e a ordem entre os trabalhadores como maneira de provar a maturidade e a capacidade de discutir e negociar melhores condições de trabalho, sem a ameaçar fugir as rédeas Católica. A implementação da Ação Católica, foi realizada desde o final do século XIX para fazer frente as ideias socialistas e comunistas, os quais colocavam por terra valores e crenças da Igreja. A postura do cataclismo foi de intermediador das tensões e conflitos existentes entre os patrões e os empregados, adotado como prática o diálogo e as

negociações entre as partes.

A influência das ideias da Ação Católica, estiveram presente na *Sociedade Deus e Mar* no STPC, seja através de prática assistencialistas, seja com a defesa da união e da ordem entre os trabalhadores associados, ou defendendo uma simples melhora da situação dos trabalhadores, defendendo os seus direitos, mas sem a necessidade de transformação do sistema social capitalista.

As expressões sindicalismo amarelo ou sindicalismo reformista remetem à estratégia sindical – e, por analogia, aos sindicatos que a praticavam – oposta àquela adotada pelas resoluções dos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920, chamada de sindicalismo revolucionário ou de ação direta, inspirada nas concepções da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa. Portanto, a designação, difundida a partir da década de 1910, somente ganha sentido na confrontação com a outra forma de sindicalismo então existente. (FAUSTO, 2005).

Os princípios defendidos pelos socialistas reformistas³ se assemelhavam aos valores católicos, principalmente no tocante a não se preocupar com a mudança da organização social, bem como, a preservação da estrutura hierárquica de organização das diretorias dos sindicatos a, com cargos dotados de atribuições específicas (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc.), existente em outros tipos de associações, como as sociedades mutualistas, além de defender o fornecimento dos auxílios a seus associados (por falecimento, desemprego, doença).

Essas práticas também foram adotadas pelo STPC que ao longo da história do sindicato foi formada uma pequena casta de dirigentes que se revezavam nas funções, e Vital Felix de Souza permaneceu na presidência, com características autoritárias diante dos associados, pois à medida que o sindicato crescia, e sua área de atuação se expandia, esses tipo ações se intensificaram. Como no caso de José Feliciano de Souza, em fevereiro de 1925, suspenso por faltar com atenção a Vital, e isso foi considerado uma afronta ao poder do presidente (PARENTE, 1999:84).

Dentro dessa mesma linha de controle e poder exercido pela diretoria do sindicato, também no ano de 1925, foi determinado que os trabalhadores não poderia trabalhar “despido meio corpo”, por questões morais. Manteve as ações mutualistas, bem como o alinhamento com figuras políticas da cidade, e a ênfase na construção do diálogo e da negociação com os

³ O sindicalismo amarelo defendia que a greve deveria ser vista como último recurso, a ser empregado apenas depois de esgotadas outras formas de pressão e negociação, o recurso a intermediários, como advogados, políticos e autoridades, era visto como um meio lícito de auxiliar o sindicato no encaminhamento de suas reivindicações, e não raro figuravam entre seus projetos a participação eleitoral e a constituição de partidos operários. Sustentados pela ideia de as conquistas deveriam ser consolidadas por meio de leis e a defesa da função arbitral do Estado nas relações de trabalho.

patrões, delegando a greve um caráter secundário nas estratégias de lutas dos portuários (PARENTE, 1999: 86)

No início dos anos de 1930, o STPC se aproximou da LCT, da ação social da Igreja Católica e das ordens governamentais sobre o sindicalismo⁴ e, através do diálogo com estas entidades, o sindicato conseguiu vitórias significativas em relação aos sistemas de contratação e de pagamento da mão de obra, bem como da carga horária para os trabalhadores sindicalizados.

Vital Félix de Souza foi um dos fundadores e presidente do STPC por vários mandatos e teve forte atuação na LCT. Inicialmente foi carroceiro, e devido à sua boa conduta, acabou tornando-se um protegido da Família Diogo, ligada ao comércio e a indústria local. Passou a ser marítimo e foi um dos fundadores do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto*.

Em entrevista concedida ao pesquisador Josênio Parente, em 09 de fevereiro de 1983, Vital, afirmou que na época da fundação do sindicato, não havia legislação para defender os trabalhadores, e que os patrões e capatazes não foram a favor da criação do mesmo. Mas, segundo ele, recebeu o apoio da única associação forte entre os marítimos, a *Associação Deus e Mar*, que via na criação do sindicato uma forma de fortalecer as lutas em prol de melhoras nas relações de trabalho e nos serviços portuários. Vital, também afirmou que a questão sindical era apoiada pelos ingleses que aportavam rotineiramente no porto de Fortaleza, e alegavam que o sindicalismo e a conquista de leis trabalhistas seriam um avanço para os portuários cearenses (PARENTE, 1999: 84)

Na fala de Vital Félix, pode ser percebido que a fundação do sindicato foi pensando diante da necessidade de fortalecer o movimento de lutas dos trabalhadores portuários. Inicialmente ele possuía uma caráter notadamente mutualista, mas os debates sobre o papel diferenciando do sindicato em relação as reivindicações dos trabalhadores foi sendo amadurecido e o diálogo com outras categorias e principalmente com as ideias que chegavam via Porto, corroboraram para que o STPC buscasse mudanças mais efetivas nas relações de trabalho. O Sindicato agregou essas ações às lutas reivindicatórias e de resistência contra a exploração sofrida pelos portuários a construída. Assim, o STPC colocou o fortalecimento da categoria partir das práticas mutualistas, e a construção das negociações contratadores da mão de obra como sendo os dois pilares de sustentação das suas lutas.

⁴ O Decreto 19.770 de 1931 regulamentou o sindicalismo e não escondia sua ação desmobilizadora das antigas lideranças sindicais, orientando-se no sentido de decapitar politicamente uma boa parcela das lideranças mais aguerridas e resistentes. (Decreto- lei 1.371, de 23/IV/1939, art. 5§2 e 3).

Segundo Parente, durante os anos de 1925 e 1926, as ações do sindicato tornaram-se mais intensos o diálogos com outras associações, objetivando ter maior força e participação política. Nesse mesmo período colocou de maneira mais efetiva e combativa na busca por melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Em 1927, o sindicato aliou-se de maneira mais ativa a Federação Operária Cearense, fundada em 1925, e que foi precursora da Legião Cearense do Trabalho (PARENTE, 1999: 84).

Os membros da diretoria do STPC, vinham durante os anos que antecederam a Revolução de 1930 e da Fundação da LCT, passando por um processo de mudanças nas estratégias de atuação sindical, tendo o objetivo conseguir conquistas para os trabalhadores para além dos benefícios de caráter mutualistas. A aliança com a LCT em 1931, fortaleceu mais o poder de Vital Felix de Souza, dentro do sindicato.

Analisando o processo de fortalecimento da sociedade *Deus e Mar* (Deus e União) e do STPC, torna-se fundamental lançar mão da produção de Richard Hoggart, o qual pensou a cultura inserida na vida real e não a parte. Ao realizar o estudo sobre as classes trabalhadoras e as mudanças e adequações dos costumes, linguagem, etc., afirmou que os trabalhadores acabam por desenvolver um senso de resistência, a resistência do dia a dia (COSTA, 2012: 160).

Não se trata de uma força de resistência passiva, mas antes de algo que, se bem inconsciente, pode ser considerado como positivo. As classes proletárias possuem um elevado grau de faculdade natural de resistirem à mudança, adaptando ou assimilando, nas novidades aquilo que lhes interessa, e desprezando o resto. (HOGGART, 1973: 40)

O autor dota as classes operárias de uma ação protagonista natural no dia a dia para lidar e escolher as informações e ações que são consideradas para as mesmas positivas, mesmo que haja a tentativa de influência das camadas mais poderosas, que buscavam ditar normas e condutas, que corroboram para a construção da ideia de grupo. Fazendo uso da teoria da construção da coletividade entre os trabalhadores e o processo de identificação de quem seriam os adversários (inimigos) e de quem seriam os aliados. Definindo que “Eles” seriam os patrões, podendo ser entidades privadas ou elementos públicos, e “Nós” seriam os trabalhadores explorados.

Hoggart foi importante para o desenvolvimento da ideia central desta tese, tendo em vista que para analisar o processo de compreender-se dos trabalhadores portuários, enquanto coletividade, diante da necessidade de identificar quem eram os portuários e contra quem eles deveriam lutar, nesse sentido, o sindicato e a associação exerceu importante papel, ao

auxiliarem no processo de identificação do “Nós” e “Eles” (HOGGART, 1973: 87)

Tanto a diretoria da *Deus e União* e do STPC, mantiveram intenso diálogo com a LCT, seguiram as diretrizes legionárias, que prezavam pela manutenção da ordem e da boa conduta dos trabalhadores, e o sindicato dos portuários, foi moldando suas ações de acordo com o que era definido pela legião⁵.

O sindicato inicialmente lhe fornecerá o médico, o advogado, a escola para os filhos, livrando-os assim de fortes laços de submissão ao patrão ao rendeiro, ao coronel, ao chefe político. O sindicato se transformará no advogado de suas aspirações de classe, organizando o programma de suas necessidades, pois estas somente no sindicato poderão ser vistas, sentidas, compreendidas.

O sindicato se constituirá o seu órgão de comunicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as pretenções e os interesses da classe, e amparando-os convenientemente e proficientemente.

A propaganda da corporação deve ser portanto, emprenhada sem desfallecimentos, por todos os meios. Enquanto o sertão todo não associar-se sob a bandeira de sindicatos vivos, inteligentes e energicos, é inutil esperar qualquer melhora para as suas condições de vida⁶.

A sindicalização defendida pela LCT assemelhava-se ao associativo beneficente, ofertando serviços médicos e jurídicos, possibilitando o acesso dos filhos dos trabalhadores à escola, intermediando as negociações entre os patrões e os trabalhadores, buscando melhorias nas condições de vida e de trabalho, porém, de modo “organizado e controlado”, para fugir da dita anarquia e das ideias revolucionárias comunistas. A diferença do mutualismo estava na atuação social do sindicato na luta, que não eram necessariamente através do embate direto, com greves e passeatas, mas que reivindicavam mudanças no processo de contratação, nos valores pagos aos trabalhadores, na carga horária de trabalho, e na busca por garantias de direitos considerados básicos.

O modelo de prática sindical que, a partir da releitura das experiências das décadas anteriores, se consolidou no início dos anos 30 entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza, pautou-se na luta reivindicativa por melhores condições de vida, como um controle do mercado de trabalho e da beneficência, não podendo a organização sindical, no caso dos portuários de Fortaleza, ser simplesmente definido dentro da linha de beneficência ou de resistência, visto que esses trabalhadores tiveram contanto com diferentes ideias sociais e com diferentes categorias de trabalhadores da cidade. Diante disso, perceberam que, através da expansão da solidariedade entre os portuários e outras categorias, conseguiram vitórias coletivas. Como no caso da greve da Light, empresa que fornecia energia para Fortaleza, os

⁵ O LEGIONÁRIO. **Legião cearense do trabalho – Boletim nº 1 (Janeiro)**. 04/03/1933 Nº 01. p. 2.

⁶ O LEGIONÁRIO. **Legião cearense do trabalho – Boletim nº 1 (Janeiro)**. 04/03/1933 Nº 01. p. 2.

portuários se colocaram como apoiadores do movimento grevista e enviaram apoio material para as famílias dos trabalhadores em greve.⁷

Ao analisar as ações estratégicas do STPC, torna-se indispensável entender o conceito de resistência, e dialogar com outros autores no objetivo de amadurecê-lo e então compreender o modo de resistência vivido pelos trabalhadores portuários de Fortaleza.

Nesse sentido, William Mello, desenvolve o conceito de solidariedade ocupacional para tratar sobre a resistência desenvolvida pelos trabalhadores portuários de Nova York. Pensando que esse tipo de solidariedade surgiu como reflexo dos interesses compartilhados, a partir das condições gerais do processo de trabalho do porto, do emprego informal sem vínculo com um único empregador, das condições de trabalho brutais e perigosas, da falta de mobilidade ocupacional, que aliada a compreensão que eles faziam parte da camada mais baixa da classe trabalhadora, corroboraram para conquista e fortalecimento do processo de reconhecer-se enquanto grupo.

Para ocorrer a ação coletiva entre os trabalhadores, eles precisam desenvolver um conjunto de características comuns que os levem a adquirir metas ou objetivos comuns. Neste sentido, a ação coletiva é primeiramente baseada no momento em que os trabalhadores encontram disposição para comportar-se em ação comum. (MELLO, 2016: 57)

A partir do processo de ação coletiva, foi fortalecida a resistência dos portuários, da qual nasceu a noção de classe, que atrelou os interesses compartilhados ao intercâmbio social, político e econômico. Assim, a cultura de resistência dos estivadores, baseou os seus interesses compartilhados (relacionados a tradição), na experiência particular no trabalho e na inserção do cais na economia política (MELLO, 2010: 24-25).

William compreendeu a ação consciente dos portuários de Nova York dentro da preocupação com as questões sociais, políticas e econômicas, ou seja, onde os portuários se inserem em um cenário de tensão e resiste diante das forças que os exploram. Já Scott, entendeu os trabalhadores camponeses a partir de ações estratégicas, ditadas pelas artimanhas (atitudes veladas e silenciosas) do dia a dia utilizadas para burlar o sistema de trabalho e de exploram que estavam inseridos.

James Scott trata sobre as resistências cotidianas a partir das condições limitadas desses trabalhadores, os quais temem as retaliações e reações dos seus patrões. Sendo as

⁷ ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ. 22/09/1929.

resistências cotidianas, “as armas comuns dos homens sem poder”, que não produzem manchetes de jornais, grandes mobilizações, e não chama atenção social, tendo em vista que são prioritariamente construída com micro atos, para manter a segurança do anonimato (SCOTT, 2002: 20). O autor segue afirmando que essas ações se dão majoritariamente a nível individual, de caráter informal, são o que ele denominou de resistências silenciadas.

No caso de Scott, ao analisar os camponeses de Sedako, compreende que as ações de resistência, como o boicote e o roubo de grãos se intensificaram a medida que as máquinas foram sendo introduzidas na atividade do campo, modificando toda a dinâmica de organização do trabalho e agravando a situação de pobreza dos camponeses, levando as resistências rotineiras (SCOTT, 2002: 22). Nesse sentido, as resistências cotidianas foram fundamentais para diminuir a velocidade com que as máquinas foram sendo implementadas na produção dos grãos de arroz, considerando essas ações válidas e importantes, mesmo que não tenha tido inicialmente um caráter político, nem tenham tido um caráter radical e aberto.

Dessa feita, a resistência não precisa de etiquetas pré-planejadas, pois a resistência pode possuir “diversas faces”: individual, coletiva, formal, informal, pública, anônima, desafiam o sistema de dominação ou que objetivam ganhos marginais (SCOTT, 2002: 29-31). O mais importante a ser destacado é que as formas de resistências cotidianas servem para o processo de mobilização dos trabalhadores e transformações que podem ser vistas a logo prazo, ou seja, a percepção de entendê-las dentro de um processo histórico, consideradas como “armas duráveis”.

Utilizando da análise de James Scott para compreender as ações dos os portuários do STPC, mas tomando as devidas precauções, posto que Scott analisou os trabalhadores camponeses e aqui estudo os portuários, os quais possuem uma dinâmica de trabalho, inserção e percepção da economia completamente diferente, bem como para esse autor as resistências cotidianas, não são institucionalizadas. Percebo, a partir das ações informais e dissimuladas, que os trabalhadores portuários, apesar de se organizarem na Deus e Mar e no STPC, muitas vezes estavam preocupadas com ganhos imediatos, e utilizando as formas cotidianas de resistência para fugir do combate direto e conseqüentemente das ações repressivas.

No entanto, esses trabalhadores também construíram momentos de embates diretos, tiveram a visibilidade diante da sociedade, tornando público suas necessidades e reivindicações nas páginas dos jornais, tal como os trabalhadores de Nova York fizeram. Nesse sentido, os portuários não adotaram somente a resistência passiva, com micro atos, com caráter informal e individual. Eles foram além, não diminuindo a importância das ações de resistência cotidianas apresentadas pelos camponeses, mas no sentido de sair da limitada

percepção de luta individual, conseguiram se organizar para conquistar os interesses comuns fortalecidos pelas ações de resistência, que ganharam o caráter de formalidade como estratégia política e social.

Concordo com James Scott, no sentido de que as forças cotidianas de resistência são fundamentais para as lutas e conquistas dos trabalhadores, que buscaram fugir do desgaste com os patrões e empresas de contratação, mas no sentido de processo, ou seja, “armas cotidianas duráveis”, que foram modificando a maneira de agir e resistir dos trabalhadores portuários de Fortaleza. Os quais, atuaram intensamente utilizando as estratégias das sociedades beneficentes de auxílio mútuo, implementaram mecanismos de luta mais diretos para conquistar benefícios, não somente matérias, mas de mudanças no processo de organização, contratação da mão de obra e de pagamento, atuando na luta reivindicativa, na tentativa de controlar do mercado de trabalho e a beneficência.

A ação beneficente se assemelha ao que Mello, afirmou ser solidariedade ocupacional, dentro do processo de resistência, que surgiu da ação coletiva e corroborou para processo de autoconhecer dos trabalhadores inseridos nas disputas por poder econômico, político e social.

Mesmo diante do que foi apresentado em relação às ações dos anarquistas para convencer os trabalhadores da associação Deus e *Mar* e do STPC de que o Sindicato de Resistência era uma importante ferramenta de luta, seja através das páginas dos jornais, da aproximação dos sindicatos e associações, seja através das reuniões, das assembleias, incentivando a fundação de escolas para os trabalhadores e seus familiares, etc. as instituições que representavam a maioria dos portuários da capital cearense, principalmente o STPC, optaram pela tríade acima citada (beneficência + resistência + controle do mercado de trabalho).

Dessa maneira, apesar da diretoria STPC afirmar ser de resistência, nas suas atitudes do dia a dia se acumulavam a beneficência. Dessa mistura, surge o que chamo de *Resistência Solidária*, na qual os trabalhadores buscaram mecanismos para melhorar suas condições de vida e de trabalho, através da união dos trabalhadores sob a égide da Associação Deus e *Mar*, Deus e *União* e no sindicato, tendo o auxílio mútuo o objetivo de promover melhorias imediatas, a as ações reivindicativas conquistar vitórias e espaços no âmbito das mudanças materiais e estruturais, principalmente, no que tange a sistemática de contratação e pagamento da mão de obra, que interferia diretamente na vida econômica dos trabalhadores, e os deixavam a mercê dos patrões-contratadores e das empresas de navegação.

A luta se fez, evitando-se embates diretos, mas houve a resistência diante da exploração e ela não se fez passiva, e sim ativa, com diálogo entre os trabalhadores,

principalmente, da diretoria do sindicato; com os patrões; promovendo o diálogo e a negociação com os contratadores e as empresas de Navegação, ameaçando com a possibilidade de greve e por vez, chegando a deflagrá-la; obtendo derrotas, mas também vitórias, como a conquista do *closed shop* (*Contrato Coletivo*) e o controle do sistema de contratação da mão de obra no porto no início dos anos de 1930, que deu maior poder ao STPC e a *Associação Deus e União* no processo de controle da mão de obra.

A *Resistência Solidária* se pautava na garantia de necessidades imediatas, como auxílio doença, auxílio funerário, pagamentos de Pecúlios, assistência médica, oferta de escolas para os trabalhadores, que serviam para identificar as necessidades comuns e unir os portuários dentro da percepção de que quem seriam “Eles”, diante dos “Outros”.

A partir dessa compreensão, foi possível articular mecanismos de lutas com caráter de resistir, de modo a repassar a organização do trabalho as formas e valores de pagamentos, da jornada de trabalho, etc. também foram feitas alianças declaradas ou veladas com grupos políticos, intelectuais da época, com a Igreja, a LCT, com outras categorias de trabalhadores, fazendo acordos a partir das suas conveniências, para conquistar os objetivos traçados pelo STPC: União para Resistir e conquistar benefícios.

No tocante aos trabalhadores do porto associados a *Deus e Mar* e ao STPC, apesar dos anarquistas se mostrarem sensíveis as suas pautas reivindicativas, e de ter dado espaço de divulgação das suas problemáticas nos jornais libertários, os portuários não se afirmaram adeptos, ou simpatizantes da causa anarquista.

Enquanto a *Deus e Mar* se caracterizou pela beneficência, o STPC, viveu a dualidade sindicato-beneficência, muitas vezes de maneira tensa e buscando construir uma forma própria de luta e nesse processo de auto conhecer-se, o fortalecimento da categoria, passou pela identificação de quem eram os trabalhadores do porto, e quem eram aqueles que se beneficiavam da exploração da mão de obra portuária. E foi exatamente a questão envolvendo o controle da mão de obra que deu força para que a *Deus e Mar*, posteriormente, *Deus e União*, e o STPC buscassem construir espaços de lutas e conquistar o controle da contratação dos trabalhadores para os serviços de carga e descarga no porto.

Então, apesar do anarquismo ter mostrado a importância estratégica de resistência sindical, o caminho seguido pelos portuários do STPC não esteve de acordo com as ideias anarquistas, mas também não se limitaram ao associativos. Dessa maneira, construíram suas ações fundamentados na resistência solidária, que aliou a busca pelo controle do processo de contratação da mão de obra, somadas as práticas de auxílio mútuo, desenvolveram ações de resistência mais explícita, com a participação e apoio a greves e também construíram alianças

políticas, para negociar pautas reivindicatórias.

Os portuários buscaram o apoio não somente de indivíduos ligados aos partidos políticos da cidade, como já foi abordado no capítulo 1 e 2 desta tese, mas também teceram laços com elementos ligados ao catolicismo, para isso buscaram adequar-se ao modelo de moral proferido pela Igreja Romana. Aderiram ao movimento da Legião Cearense do Trabalho (LCT), que teve destaque nas lutas dos trabalhadores do Ceará no início dos anos de 1930, período em que as atenções do governo Vargas estavam voltadas para as questões das leis do trabalho, dos sindicatos e dos trabalhadores.

Os homens fazem a história, são sujeitos de transformação através das experiências e lutas do dia a dia, buscam compreender-se e muitas vezes modificar as condições de vidas nas quais estão inseridos, num constante processo de *fazer-se*. A partir das experiências e vivências que os faz traçar objetivos e lutar para atingi-los, e assim a história é feita. A história pode ser feita por homens ricos, que detém poderes políticos, econômicos, mas também por homens pobres e trabalhadores. Sendo que me ocupo nessa pesquisa, exatamente no *fazer-se* dos homens trabalhadores, com o objetivo de compreender suas ações no dia a dia, suas experiências e os objetivos que traçaram e que serviram como combustível para que eles interferissem na construção da história.

Uma importante discussão que devo enfrentar nesse momento está relacionada a questão da consciência dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933), analisando-os a partir da concepção Thompsoniana de experiência e consciência de classe, inseridos num processo de *fazer-se* (THOMPSON, 2001: 10).

Esse processo de *fazer-se* é muito importante para a compreensão do movimento dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, no sentido de analisar as suas ações mesmo anterior à fundação da *Sociedade Deus e Mar*, e perceber que nos primeiros anos do período republicano, movimentações políticas e sociais já eram articuladas, como na greve dos catraieiros em 1903-1904. Após essa greve, os trabalhadores do porto destacaram-se, como sendo uma categoria que buscava se unir e lutar por melhores condições de vida. Chegando a 1912, ano em que foi fundada a *Deus e Mar*, associação que só fortaleceu de um modo geral a aliança entre os portuários, a qual veio a ganhar como aliado o *Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará* (1922). Então porque os portuários fundaram um sindicato e não simplesmente se associaram a *Deus e Mar*? A resposta está relacionada ao próprio momento histórico, o qual já foi analisado e que apontava para a necessidade de empreender uma nova forma de luta, que fosse para além do auxílio mútuo, apesar de o sindicato ainda se afirmar como tendo essa característica, ele possuía um viés mais ativo na organização dos

trabalhadores e do trabalho, ao defender e articular caminhos políticos e sociais para conquistar melhorias materiais e transformações nas relações de trabalho no porto.

As lutas dos trabalhadores do porto de Fortaleza, só foram possíveis devido as experiências vivenciadas e a participação dos mesmos dentro do processo de conhecer-se que foi sendo conquistado ao longo das décadas de lutas, desde os primeiros anos da república no Brasil, chegando as décadas de 20 e 30 com um bagagem de autoconhecimento considerável e com a participação ativa dos trabalhadores nas associações e no sindicato. No processo de *fazer-se* dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933), ocorreram avanços e retrocessos, conquistas e derrotas, ganhos salariais e perdas de direitos trabalhistas, em outras palavras, foi um processo permanente no qual não cabe a compreensão estanque de uma consciência pronta e acabada, mas que o próprio processo de consciência se efetivou através das lutas do dia a dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Berenice. **Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 41.

COSTA, Jean Henrique. Os estudos culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams & E. P. Thompson. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá**, v. 34, n. 2, p. 159-168, July-Dec., 2012.

CRUZ, Maria Cecília Velascos. **Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República**. Tese de Doutorado defendida no programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998:

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 5ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000. GOMES, Angêla de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angêla de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979.

_____. **A invenção do Trabalhismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações divertimentos. Coleção Questões. Editorial Presença, 1973.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado: O Mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

MELLO, William. J. **New York Longshoremen: class and Power on the docks**. University Press of Florida, 2010.

_____ (org) . (org.) **Legionários, “Galinhas Verdes” e a política no Ceará (1929-1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

SAMIS. Alexandre. **Sindicalismo e anarquismo no Brasil**. pp. 36-37. ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil.pdf. Acesso em: 11/05/2017.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, Vol. 21, no. 01, Janeiro a junho de 2002.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**. Dossiê: Dominação e contra-poder. Nº 5, Brasília, janeiro/julho de 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. SILVA, Fernando Teixeira da Silva. **A Carga e a Culpa: os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)**. Editora Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, SP, 1995.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.